

Partes do discurso/Classes de palavras: um estudo das ideias sobre a interjeição em gramáticas portuguesas

Marli Quadros Leite
mqleite@usp.br
USP / CNPq (Brasil)

ABSTRACT: Our goal in this text is to analyze the parts of speech/word classes focusing on interjection. The objective to be attained with this research is to examine how and on what basis and fundamentals the Portuguese grammarians of the 16th, 18th and 19th centuries, and also a 19th-century Brazilian treated this class. There were two criteria that we put in place in order to select the authors: i. the grammatization of the interjection in Portuguese works, which led us to the first grammars, whose authors dealt with the matter (João de Barros 1540, Figueiredo 1799); ii. the philosophical treatment of the class (Fonseca 1799, Barbosa 1822, amongst the Portuguese, and Pacheco da Silva and Lameira de Andrade 1887, Brazilian).

KEY-WORDS: Parts of speech; Portuguese language; interjection; grammar; grammatization.

RESUMO: Nosso objetivo neste texto são as partes do discurso/classes de palavras, com foco na interjeição. O objetivo a ser alcançado com esta pesquisa é examinar de que modo e em que base e fundamentos os gramáticos portugueses dos séculos XVI, XVIII e XIX, e também dois brasileiros do século XIX, trataram dessa classe. Foram dois os critérios que pusemos em prática para selecionar os autores: **i.** o da gramatização da interjeição em obras portuguesas, o que nos levou às primeiras gramáticas, cujos autores se ocuparam do assunto (João de Barros 1540, Figueiredo 1799); **ii.** o do tratamento filosófico da classe (Fonseca 1799, Barbosa 1822, dentre os portugueses e Pacheco da Silva e Lameira de Andrade 1887, brasileiros).

PALAVRAS-CHAVE: Classes de palavras; língua portuguesa; interjeição; gramática; gramatização.

1. Introdução

O tratamento das partes do discurso/classes de palavras não segue padrão uniforme, nem na gramática antiga, grega (Lallot 1988) e latina (Rosier 1988), nem na das línguas modernas (Lagarde 1988). O caso do tratamento da interjeição, dentre os demais, pode ser o mais crítico, já que nem sempre ela é considerada uma das partes/classes, ficando completamente fora da

descrição gramatical. Também na gramática portuguesa, os autores não têm acordo a respeito do *status* da interjeição. No curso da história, observamos várias atitudes com relação ao tratamento dessa classe: muitos gramáticos a acolhem, mas não têm muito o que dizer sobre ela, poucos a analisam com alguma profundidade e outros tantos desprezam-na. Investigamos essa situação com o objetivo de analisar e interpretar seu estatuto e papel, pela observação do que há a seu respeito nas gramáticas selecionadas como *corpus* de pesquisa. As obras examinadas são: *Grammatica da lingua portugueza*, de João de Barros (1540); *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, de Jerônimo Contador de Argote (1725); *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de António José dos Reis Lobato (1770); *Arte da grammatica portugueza*, Pedro José de Figueiredo (1799); *Rudimentos da grammatica portugueza*, Pedro José da Fonseca (1799); *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, Jerónimo Soares Barbosa (1822) e *Noções de grammatica portugueza*, Pacheco da Silva e Lameira de Andrade (1887).

A pesquisa tem fundamento teórico em textos da história das ideias linguísticas, especialmente em Auroux (1998, 2006, 2007, 2012), cujas premissas e princípios são expandidos em Colombat, Fournier & Puech (2010). Isso significa que, teoricamente, partimos do princípio de que a ciência da linguagem tem um *componente cumulativo* e que, portanto, o conhecimento linguístico se faz mais por continuidades do que por descontinuidades, o que se evidencia no que diz respeito ao aproveitamento da terminologia e de conceitos gramaticais, na longa duração do tempo.

As inovações, não obstante, existem, e por isso nossa investigação tem razão de ser, conduzida por perguntas que, no contexto maior da investigação, são: em que pontos, a respeito das partes do discurso /classes de palavras, aparecem inovações que suplantam o conhecimento anterior? Em que consiste a inovação na gramática? De que modo se combinam a tradição e a inovação no tratamento das partes do discurso/classes de palavras? No contexto desta parte da pesquisa, a propósito da interjeição, queremos saber se ela é considerada uma parte do discurso/classe de palavra, como as demais e, em caso afirmativo, que critérios são usados para sua classificação e interpretação.

O trabalho pressupõe a consideração de dimensões e relações existentes entre si, que englobam um *sistema dos objetos*; um *parâmetro temporal*;

um *parâmetro espacial*; *parâmetros externos* que ligam os objetos a seus contextos; e, por fim, os *interpretantes* (Auroux 2007: 159). A metodologia adotada para desenvolver a pesquisa, em consonância com o fazer historiográfico, portanto, é analítico-interpretativa, mais com vistas a apresentar um panorama do tratamento dado à interjeição em gramáticas da língua portuguesa do que com intuito de fazer teorização sobre a matéria. O trabalho se desenvolve com base em um roteiro que inclui análise de aspectos do tratamento da interjeição nas gramáticas selecionadas, tais como: 1) conceito/definição; 2) descrição: a) estatuto fonético/fonológico; b) contexto sintático (palavras e frases); c) estatuto pragmático; d) natureza.

Vale esclarecer que esta investigação se desenvolve no bojo de um projeto de pesquisa mais amplo, cujo escopo é analisar o tratamento que as partes do discurso/classes de palavras vêm recebendo ao longo do tempo em gramáticas da língua portuguesa, para, assim, encontrar aspectos de inovação, em meio à teorização tradicional, referentes tanto ao desenvolvimento teórico da matéria gramatical quanto do fenômeno linguístico.

2. Partes do discurso/classes de palavras

O estudo crítico das partes do discurso/classes de palavras tem sido objeto de investigação de gramáticos e linguistas de todos os tempos, dentre os quais lembramos alguns, estrangeiros e brasileiros, relevantes para o estudo da história das ideias linguísticas. Dentre esses estão Court de Gébelin (1774), Whitney (1875), Saussure (1931 [1916]), Vendryes (1921), Jespersen (1971[1924]), Hjelmslev (1928 [1971]), Brøndal (1948 [1930]), Gardiner (1989), Colombat (1988), Rosier (1981, 1988), Lallot (1988), Azeredo (2001), Neves (2000, 2005, 2011), Camacho (2011). Esses autores, explicando ou criticando a classificação das partes do discurso/classes de palavras, formaram (e formam) gerações que trabalham com o assunto.

As posições dos autores citados, e de outros aqui silenciados, são, muitas vezes, divergentes; contudo, o que é relevante notar na massa de conhecimento produzida na análise desse problema é que não se negou a existência das partes do discurso/classes de palavras, inerentes à linguagem humana. Igualmente, observa-se que alguns autores, embora muito críticos quanto à classificação, por exemplo, Brøndal (1948), Saussure (1931),

Jespersen (1971), Sapir (1970), não renegam sua existência nem propõem nova terminologia para o fenômeno que começou a ser denominado pelos filósofos gregos e foi finalizado pelos gramáticos alexandrinos (cf. Lallot 1988; Neves 2005, 2011).

As críticas severas que pautaram a linguística do século XX, no que concerne ao estudo da gramática, têm sentido, mas não representaram uma «novidade», no cenário das ciências da linguagem. As dúvidas de Apolônio Díscolo (Lallot 1988, 2012) e de Prisciano (Baratin 1989) a respeito da validade e eficácia das *regras gramaticais* revelam algo semelhante ao que os quatro autores aqui citados disseram a respeito das partes do discurso, suas definições e critérios classificatórios. Lallot (1988: 18-19) mostra, por exemplo, ter Apolônio convicção de que a *significação* das palavras (não o sentido ou a forma) era formada em uma *construção linguística*, ou seja, em *relação sintática*, e esse devia ser o critério decisivo adotado para a classificação de uma palavra. O helenista francês seleciona duas passagens de diferentes textos do gramático grego para comprovar sua afirmação, o primeiro do livro *Sintaxe* e o segundo do livro *Advérbio*:

Dans le classement, ce ne sont pas tant les formes (*phōnai*) qui prévalent (epikratousi), que leurs signifiés (taex autōn sēmainomena).

(Synt. 150, 14, apud Lallot, op. cit. : 18)

mais d'après les constructions attestées (para tas ginomenas suntaxeis) que s'opère le classement.

(Adv., 164, 29, apud Lallot, op. cit. : 19)

Diante disso, vê-se que, na origem, o problema da fixidez das partes do discurso/classes de palavras não existiu, já que era no uso atestado, ou seja, no contexto sintático em que a palavra ocorria, que sua classificação poderia ser feita. Em alguns casos, todavia, Apolônio se recusava a admitir a flexibilidade da classe, o que, conforme afirma Lallot (*idem*), ocorreu, por exemplo, em relação à forma *allos* “outro”, a qual o grego se recusava a admitir que fosse um pronome, porque seu sentido (*ennoia*) era incompatível com aquele dos pronomes.

Essa postura de Apolônio parece “responder” às críticas feitas por Saussure, Brøndal, Jespersen e Sapir que reclamam da fragilidade da teoria tradicional das partes do discurso. Vemos, contudo, que Saussure (1931:

152-153) e Brøndal (1948: 10) reivindicam o critério semântico como essencial para a definição da classe, Jespersen (1971) trata da instabilidade dos critérios a serem aplicados nas definições, e Sapir (1970), também, se refere à hesitação de critérios definidores das partes do discurso. O que ocorreu, no curso da história, foi um desvirtuamento da teoria original, e os gramáticos se apegaram a uma descrição (a de Donato, séc. IV) pautada principal e predominantemente na exploração formal e no sentido das palavras, examinadas isoladamente, o que, sem dúvida perdurou na descrição gramatical. Quando a reação a esse tipo de descrição apareceu com força no século XX, a memória das origens da teoria já ia longe, mas não impossível de ser retomada, ao ponto de as obras modernas, do século XXI, fazerem constantes referências a ela (cf. Neves 2000; Castilho 2010).

É bom registrar que nosso intuito, ao tecer esses comentários, não é contestar nem aprovar a teorização dos quatro linguistas citados, sobre a contestação da teoria tradicional das *partes do discurso*. Reconhecemos que suas ideias serviram de ponto de partida e de suporte para o desenvolvimento de estudos e pesquisas linguísticas, também no âmbito da gramática portuguesa, que visam explicar a gramática e o funcionamento das línguas.

Sobre a denominação, em si, de nosso objeto de estudo, *partes do discurso/ classes de palavras*, vale um pequeno comentário, tendo em vista a dupla denominação e referência na literatura linguística. Sobre isso, Colombat (1988: 5) diz preferir valer-se da expressão “partes do discurso” por ser essa a que corresponde ao uso tradicional dos estudos linguísticos e que traduz a expressão grega *merē (tou) logou* traduzida pela latina *partes orationis*. Tem razão Colombat, pois, como comentamos antes, tanto Apolônio quanto seu seguidor latino, Prisciano, edificaram suas teorias com base no que havia sido pensado pelos filósofos (Platão, Aristóteles, estoicos) a respeito do *logos* (discurso), e não de *palavras isoladas*, o que foi transportado para o latim como *oratione* (discurso). Na sequência dos estudos linguísticos, porém, desde o tempo dos filólogos alexandrinos, a *classificação de palavras* e de seus *acidentes* ganhou relevância no desenvolvimento da teoria, pela gramática grega (*tekhnai*), o que foi transportado para a latina (artes) como *partes orationis*. Por tais razões, conclui Colombat (op. cit.), a melhor expressão para referir a questão é *partes do discurso*, na tradição grega, e *partes da oração*, na latina, em vez de *classes de palavras*. Na gramática

brasileira, no entanto, *classes de palavras* é a denominação mais utilizada, contemporaneamente.

Podemos supor, também, que o fundamento dos gramáticos para aderirem à terminologia *classes de palavras* ao se referirem às partes do discurso é o método aristotélico utilizado para investigar o objeto por categorias e propriedades, dividindo-os em classes e essas por gêneros e espécies. Observa-se, ainda, que a palavra “classe” aparece na gramática de Bechara (1961), a primeira a sair após a instituição da NGB (1959). Logo depois da implementação da NGB, o próprio Bechara conta que foi “convidado pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, para atualizar a gramática de Eduardo Carlos Pereira (1885-1923) que, publicada em 1907, chegara à sua 114ª edição em 1958” (Bechara 2014: 25). Daí em diante, a expressão normalizou-se na gramática brasileira, tanto que Bechara (op. cit: 77) no capítulo “Classes de palavras”, combinando as teorias tradicional e estruturalista, diz: “1. Estabelecida a distinção entre morfema lexical e morfema gramatical, podemos agora relacionar cada um deles com as CLASSES DE PALAVRAS.”

Passemos a refletir um pouco sobre os critérios empregados na classificação de palavras, com enfoque no que seria possível utilizar para o tratamento da interjeição.

3. A interjeição: uma parte do discurso/classe de palavra?

Alguns trabalhos têm sido feitos na tentativa de se compreender o que vem a ser a interjeição, outros, para tentar encontrar critérios que possam, ou não, enquadrá-la como uma das partes do discurso. Ali (1930: 155), em capítulo de estudo das interjeições, refere-se à raridade de estudos sobre essa parte do discurso.¹ O objetivo desse estudioso é examinar e interpretar o sentido das interjeições portuguesas e não o de discutir sua gramaticalidade. Nesse trabalho, Ali deixa pistas dos autores que trataram do assunto em seu tempo, deixando alguns à margem (Georg von Gabelenz, Wilhelm Maximilian Wundt, talvez pelo lado psicologizante da interpretação) e se valendo de Hermann Paul, de quem transcreve o seguinte trecho

¹ “Entre as inúmeras obras de linguística, antigas e modernas, raramente se aponta tratado ou capítulo que analise as interjeições com paciência e carinho, como é de uso com outras partes do discurso.”

as interjeições de que de ordinario nos servimos foram aprendidas pela tradição do mesmo modo que os demais elementos da linguagem. É só em virtude da associação que se tornaram enunciações involuntárias; e é por isso que as expressões para a mesma sensação podem variar nas diversas linguas e dialectos e tambem nos diversos individuos do mesmo dialecto segundo aquillo a que se acostumam.

(Herman Paul, 1880, *apud* Ali, 1930: 156)

e, de outros ainda, a quem se refere, como Ernest Schwentner (1924)² e J. B. Hofmann (1926),³ dos quais afirma se beneficiar para elaborar seu capítulo sobre as interjeições portuguesas.

Dentre os linguistas contemporâneos que trabalharam com a interjeição, lembramos Gonçalves (2002), cuja tese de doutoramento é intitulada *A interjeição em português - contributo para uma abordagem discursiva*. O autor trata a interjeição como um *objeto do discurso*, com vistas a esclarecer seu papel argumentativo, sob a perspectiva polifônica, segundo, especialmente, Ducrot e Anscrombre e Ducrot, no quadro de duas teorias, a da semântica da enunciação e a da argumentação na língua. Embora o autor se detenha, no primeiro capítulo, na análise do tratamento gramatical, tradicional, da interjeição, tanto em dicionários quanto em gramáticas, essa constitui apenas a base a partir da qual visa a alcançar seu objeto, para então tratá-lo pragmaticamente. Vale notar também que, da vasta bibliografia citada sobre o assunto, raros são os estudos portugueses específicos sobre a interjeição.⁴

Como fica evidente, Gonçalves (2002) não tinha como escopo fazer uma investigação categorial sobre a interjeição. Ainda assim, pelo estudo empreendido no primeiro capítulo, pôde fazer algumas afirmações relevantes sobre esse ponto de vista, dentre as quais a de que o tratamento dispensado à interjeição no âmbito da gramática, por insuficiente, afetou seu caráter linguístico. Segundo se depreende da observação do autor (Gonçalves 2002: 575), a gramática universalista dá pouca atenção à interjeição, a gramática lógica a despreza, já que seu papel é o de exprimir *affectus animi*, mas, pelo mesmo motivo, a gramática iluminista a valoriza.

² *Die primären Interjektionen in den indogermanischen Sprachen*. Heidelberg.

³ *Lateinische Umgangssprache*. Heidelberg.

⁴ Estão citados apenas três artigos de João da Silva Correia (1927, 1934, 1954), um de João de Almeida Lucas (1942-48) e um de Jürgen Schmidt-Radefeldt (1993) (que não vão constar da bibliografia final deste estudo).

Nosso estudo não visa a definir se a interjeição é, ou não é, uma das partes do discurso/classe de palavra. O nosso escopo é o de investigar *como* os gramáticos trataram a questão e *qual* a causa da abordagem feita. O conhecimento histórico da questão indica que, tradicionalmente, a postura dos gramáticos a respeito da interjeição é, ou a rejeição, pela impossibilidade de formal e sintaticamente estabelecerem-se regras descritivas que possam prever seu emprego, ou a aceitação, pela definição de seu caráter de expressivo. No caso da aceitação, quais são os argumentos, ou critérios, de que os gramáticos se utilizam para descrevê-la? Em rápida revista sobre a literatura a respeito da teoria crítica das partes do discurso, podemos verificar como os argumentos relativos ao assunto se consolidam.

Na história do pensamento linguístico, vemos, pois, autores como Whitney (1875), que não considera a interjeição como parte do discurso, mas julga que ela é, por assim dizer, marca da *origem* da linguagem humana. Também Vendryes (1921) defende essa tese, concordando, quase *ipsis litteris*, com o texto de Whitney.

Brøndal (1943: 74), por seu turno, ao discutir a questão das *partes do discurso*, nega que a morfologia seja o nível próprio para se estabelecerem as classificações, e, como Apolônio o fez, defende que seja a sintaxe esse lugar, já que operamos com conceitos decorrentes de relações e *relatum*. Sobre a interjeição, o autor nega o caráter natural que alguns autores (como Whitney, Vendryes e outros) lhe haviam emprestado, afirma seu caráter social e se refere à possibilidade de se buscar o “caráter lógico” dessa classe. Pelo que se depreende do texto de Brøndal, o autor entende que o trabalho de descrição e definição das propriedades da interjeição como uma das classes que integram o sistema linguístico ainda está por fazer; logo, a interjeição para ele, embora “classe limite”, é uma classe.

Quanto à chamada para que o “lugar lógico” da classe fosse encontrado, tarefa *a priori* impossível, considerando que sua forma e função não correspondem a atributos lógicos, houve quem a enfrentasse: Tesnière, linguista francês, que chegou a algum resultado sobre essa questão, como veremos a seguir (Tesnière 1936: 344-345, *apud* Gonçalves 2002: 323-327).

Primeiro, Tesnière reconhece “a desordem” que reina nos estudos da

interjeição,⁵ depois visa a pôr ordem “no caos”. A ação desse linguista é, como já se fizera,⁶ identificar os tipos de interjeição e, com base nisso, apresentar o quadro da situação, como representado em um quadrilátero em que esboça um esquema representativo sobre a classificação das interjeições, apresentando 4 tipos de interjeições: tipo 1 – ação do mundo exterior sobre o sujeito falante: interjeição impulsiva, ah!; tipo 2 – ação do mundo exterior sobre o sujeito falante: interjeição representativa imitativa, pan!; tipo 3 – ação do sujeito falante sobre o mundo exterior: interjeição imprecavativa, chut!; tipo x – ação interior ao sujeito falante: !.⁷

O linguista francês se debruça sobre as interjeições dos tipos 2 e x, indicadas nas posições centrais superior e inferior da figura, pelo caráter ao mesmo tempo subjetivo e objetivo dessas interjeições. Isso o leva a afirmar que elas são formalmente inanalísáveis, tendo em vista que seu conteúdo recobre frases inteiras, o que, portanto, extrapola toda tentativa de classificação. Não são as interjeições, portanto, espécies de palavras, mas de frases. Por essa razão, denomina-as palavras-frases (*‘mot-phrases’*), ou *‘phrasillons’*. Fica, então, criada nova categoria gramatical, na qual se incluem, também, certos advérbios, como *‘sim’* e *‘não’*, que retomam toda a frase.⁸ Às primeiras, classifica-as como *‘phrasillons-afetivos’*, aos segundos, como *‘phrasillons-lógicos’*.

A teoria de Tesnière tem como objetivo enquadrar, dentre as categorias gramaticais, as palavras e expressões que relacionam o *sujeito ao mundo exterior*. Assim, ficam categorizadas como *‘phrasillons’* as formas que expressam: a i) ação do mundo exterior sobre o sujeito falante, ii) ação do sujeito falante sobre o mundo exterior; e iii) processo do mundo exterior sobre o sujeito falante, iv) processo do sujeito falante sobre o mundo exterior (Gonçalves 2002: 326).

Em outra figura, Tesnière (*apud* Gonçalves 2002: 327) esclarece as relações existentes entre os *‘phrasillons’ representativos, impulsivos, imperativos* (imitativos) e os *lógicos*, em suas relações com ações e

⁵ “Une des catégories grammaticales où l’idéal du fouillis intégral ale mieux régné jusqu’à présent est certainement celle des interjections.” (op. cit.)

⁶ Gonçalves (op. cit.) informa que Tesnière traça um quadro comparativo das propostas de H. Paul, Noreen, Blatz, Heyse, Meillet.

⁷ *Apud* Gonçalves (2002: 324).

⁸ A identidade entre advérbios e interjeição foi reconhecida pelos gramáticos gregos que não a distinguiam dos advérbios.

processos do sujeito com o mundo exterior. Embora o trabalho de Tesnière parta de princípios já conhecidos (dados), como os conceitos de afetividade e o reconhecimento de que as interjeições são “palavras-frase”, ou palavras *holofrásticas*, postulamos que o autor fez considerações inovadoras. Não obstante isso, porém, observa-se que não foi possível atribuir estatuto *lógico* às interjeições, como havia sugerido Brøndal (1943), o que, para os “advérbios-frase”, Tesnière considerou possível. Depreende-se desse exercício de análise e interpretação linguística que a *forma* não constituiu fator impeditivo para que as interjeições fossem consideradas itens lógicos, mas seu conteúdo, sua essência afetiva, presente mesmo naquelas consideradas “representativas”.⁹

Tratemos, em seguida, de critérios de análise de classes gramaticais. A busca pelo aperfeiçoamento de critérios que pudessem ser aplicados ao estudo das partes do discurso, para que, de modo eficaz, se pudesse tratar de seu estatuto linguístico nunca saiu da pauta das pesquisas. Os critérios básicos são o semântico, o morfológico e o sintático, aplicados de maneiras diferentes, a depender da época. No longo termo, o que se verifica quanto à aplicação dos critérios é o seguinte: i) depois de Apolônio e de Prisciano, mais cedo na Idade Média, prevaleceram os critérios semântico e morfológico; ii) depois deles, para os modistas, foram os “modos de significar”, lógico-semânticos (Rosier, 1981, 1988); iii) já para os gramáticos racionais (século XVII) de Port-Royal, o sintático; iv) mas para os gramáticos filosóficos (iluministas do séc. XVIII), o semântico-sintático; v) em seguida, para os naturalistas-comparatistas (séc. XIX), o morfológico; vi) e para os estruturalistas (séc. XX), os três aplicados diferentemente a depender da classe; vii) e para os gerativistas, o sintático; depois disso, vêm os componentes contextuais, pragmáticos e, atualmente, o cognitivo (séc. XXI), dentre outros.

Como a investigação sobre a importância dos critérios de classificação das partes do discurso teve muita força no século XX, tendo sido quase seu

⁹ Vale notar que a teoria de Tesnière sobre as interjeições e os advérbios não foi, em geral, aproveitada pelos gramáticos (pelo menos pelos brasileiros, que escreveram suas obras depois da publicação do artigo aqui referido). No cenário atual de gramáticas brasileiras, vale destacar a análise de Neves (2000: 285-331) acerca da “negação”, que recai nos níveis sintático-semântico e pragmático e explora o escopo discursivo-textual da negação; também Bechara (1999: 292) trata do “plano ‘transfrástico’ dos advérbios”, e Azeredo (2008: 77), muito resumidamente, se refere às interjeições como “substitutos oracionais, designação que abrange ainda os advérbios *sim* e *não*, que também perfazem atos de fala expressivos quando são empregados como forma condensada de resposta.”

leitmotiv durante o estruturalismo, algumas propostas surgiram. Na mesma época, mas fora do escopo do estruturalismo e dentro da perspectiva da análise *histórica* dos fenômenos linguísticos, tal como foram descritos e analisados nos *instrumentos linguísticos* (Auroux 1998: 264-267) do passado, destacamos a lista de critérios elaborados por Auroux (1988). Como explica o autor, essa é *uma* classificação e os critérios que ela contém são independentes e intercambiáveis. Além disso, o autor alerta que há critérios não aplicáveis a teorias modernas, o mesmo valendo para as definições de alguns critérios, como a definição critério funcional (“les fonctions sont réductibles à des catégories”). Na lista de Auroux vemos tanto o desdobramento de critérios conhecidos (*morfológico*, *semântico* e *funcional*) quanto o acréscimo de mais um, o *metalinguístico*, por sua vez desdobrado em comunicacional e metagramatical. O quadro apresentado a seguir resume a proposta do autor:

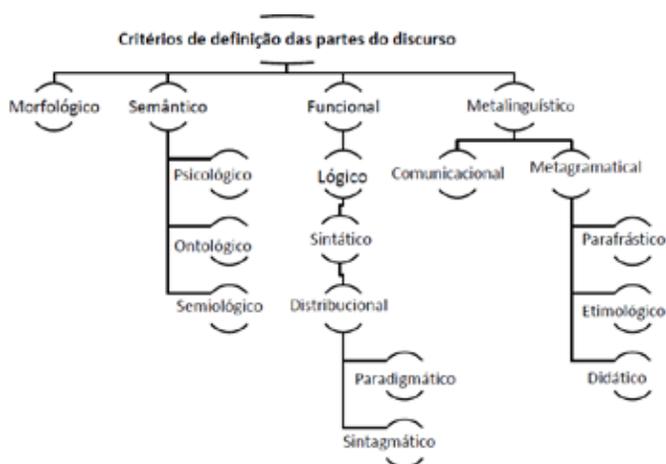


FIGURA 1: Adaptado de Auroux (1988)

Conforme se depreende da exposição do autor, esses critérios têm objetivo mais amplo do que simplesmente o de classificar as partes do discurso. Ele vem compor o quadro metodológico com o qual o historiador pode operar para interpretar e explicar como os gramáticos trataram as partes do discurso e como fizeram suas classificações, a fim de poder-se

responder com propriedade à pergunta “quais são os critérios utilizados pelos gramáticos na definição das partes do discurso?”.

Como a denominação dos quatro critérios tem especificidades, dado à sua finalidade, não é demais expor o que Auroux (1988: 109-11) entendeu sobre cada um deles, tendo em vista que o objetivo do método é, também, o de oferecer ao historiador vocabulário adequado à interpretação de seu objeto: **A. Morfológico:** A propriedade caracteriza os fenômenos linguísticos a partir de sua estrutura material e de suas variações. **B. Semântico:** *b1. Psicológico* - A propriedade em questão está em relação com a representação das faculdades do espírito; *b2. Ontológico* - A propriedade em questão está em relação com a representação da estrutura do mundo e mais geralmente dos objetos do pensamento; *b3. Semiológico* - A propriedade concerne ao elemento definido como signo. **C. Funcional:** A propriedade em questão caracteriza os fenômenos linguísticos em relação com sua inserção em uma unidade superior, nomeada ou não: *c1. Lógico* - A propriedade em questão está em relação com os termos teóricos da lógica: sujeito, cópula, predicado, atributo, etc.; *c2. Sintático* - A propriedade em questão está em relação com um canal linguístico mais longo que o tipo de elemento definido; *c3. Distribucional* - A propriedade concerne à substituíbilidade e à coocorrência; *c3.1 Paradigmático* - A unidade superior considerada não é de natureza de um canal linguístico e/ou se utiliza a substituíbilidade; *c3.2 Sintagmático* - A propriedade é fundada sobre a coocorrência de dois itens lexicais. **D. Metalinguístico:** A propriedade em questão faz referência ao enunciado linguístico em si; *d.1 Comunicacional* - A referência ao enunciado concerne à situação de interlocução; *d.2 Metagramatical* - A propriedade repousa sobre fenômenos que concernem à metalinguagem gramatical; *d.2.1 Parafrástico* - A propriedade consiste em uma paráfrase da qual o esquema canônico é construído a partir dos nomes de outras classes de palavras; *d.2.2 Etimológico* - A propriedade corresponde à etimologia proposta para o nome da classe de palavra; *d.2.3 Didático* - A propriedade concerne à atividade do gramático (Auroux 1988).

Com base nesse pano de fundo, podemos examinar o *que* e *como* os gramáticos portugueses, cujas obras foram escolhidas aqui como material de trabalho, viram no capítulo dedicado à descrição da *interjeição* para verificar por qual caminho escolheram fazer suas interpretações.

4. A interjeição nas primeiras gramáticas portuguesas

A primeira gramática portuguesa, a de Fernão de Oliveira (1536), não trata da classe, nem a ela se refere, porque sua gramática não tem o objetivo de estudar as classes das palavras, mas apenas de fazer uma reflexão sobre a língua, por meio de uma obra que ele mesmo chamou “primeira anotação” sobre a língua portuguesa.

João de Barros (1540), diferentemente de Oliveira, visou a elaborar um instrumento que, espelhando a gramática latina, servisse à língua portuguesa para elevá-la à categoria de “língua”, enaltecendo suas características e possibilidades. Por essa razão, Barros considera a interjeição como uma das partes do discurso que apresenta e descreve, dentre as oito consideradas: nome (substantivo e adjetivo), verbo, pronome, advérbio, particípio, artigo, conjunção e interjeição.

A interjeição aparece em sua gramática, então, como a parte que indica estados de alma, definição que, importada da gramática latina, os *affectus animi*, foi repetida na maioria das gramáticas portuguesas.

Os gregos contáram ésta páрте da interjeiçám com o avérbio. Os Latinos (a quem nós seguimos) distintamente faláram déla. E, segundo eles, não é máis que ùa denotaçám do que a álma padéçe.

(Barros 1971: 348)¹⁰

A filiação latina de Barros é Prisciano (Buescu 1971; Leite 2007). Nesse caso, Barros não segue Nebrija, que não distingue a interjeição do advérbio.¹¹ A lição de Prisciano é, textualmente, a seguinte, e vale ser transcrita porque será retomada em outros textos que veremos adiante:

Les Grecs classent l’interjection parmi les adverbes, dans la mesure où elle s’associe elle aussi au verbe, ou implique sous-entendu, comme si je dis *papae*, *quid uideo* [oh! oh! qu’est-ce que je vois!]: *papae* [oh! oh!] à soi seul, même sans l’adjonction de *miror* [je m’étonne], comporte en soi signification de ce

¹⁰ A Gramática da Língua Portuguesa de João de Barros vai aqui neste trabalho citada pela edição de Buescu (1971)

¹¹ A *Grammatica de la lengua castellana*, de Antonio de Nebrija (1492), a fonte principal de João de Barros, segue de perto as *Institutiones Grammaticae*, de Prisciano mas nesse caso, o espanhol opta pela lição dos gregos, pois diz: “Nos otros com los griegos no distinguiremos la interjección del adverbio, y añadiremos com el artículo el gerundio, el cual no tienen los griegos, y el nombre participial infinito, el cual no tienen los griegos ni latinos. Así que serán por todas diez partes de la oración e nel castellano: nombre, pronombre, artículo, verbo, participio, gerundio, nombre participial infinito, preposición, adverbio, conjunción. De estas diez partes de la oración diremos ahora por orden en particular, y primeramente del nombre..” (Capítulo decimo sexto, del adverbio)

verbe. Mais c'est précisément la raison pour laquelle les auteurs de grammaires latines interprètent l'interjection comme une partie du discours indépendante de l'adverbe: elle semble bien comporter en elle la disposition qui est celle du verbe et exprimer pleinement un mouvement de l'âme, même sans l'adjonction du verbe.

(Livre XV, 40, *apud* GAG,¹²: 215)

Barros expande sua análise atribuindo *função sintática* às interjeições, na parte da gramática que ele chama, também conforme Prisciano (L XVII – *De constructione*),¹³ “construção”. Entende, pois, que as interjeições aparecem no paradigma das declinações dos casos nominais, vocativo e genitivo, como se vê a seguir:¹⁴

DA CONSTRUÇÂM DAS PÁRTE

DA INTERJEIÇÂM

INTERJEIÇÂM, como vimos atrás, tem tantos sinificádos como sam os efeitos da álma. E de todas éstas interjeições, àçerca de nós [h]á i algũas que régem cáso. Ūas, vocativo, que sam pera **chamár ou espantár d'algũa cousa**, doendo-se déla, como: ó Deos! ó vós! *ó hómem perdido! ó malaventurado de pecador!*

Outras régem genitivo, que sam aquélas que denótam tristeza, como: ái de aqueles que tem pouca fazenda e *gái dos que á ganham com máo título.*

(Barros 1540: 356)

Essa doutrina, todavia, não proveio de Prisciano nem de Nebrija. Hoje, poderemos afirmar que a avaliação de Barros passa, também, por um *aspecto semiótico gestual* da comunicação humana, no que diz respeito a movimentos de corpo que indicam as emoções, atribuindo a isso o valor de interjeição, como ele diz no trecho:

Outras muitas interjeições temos que máis se demóstram nos autos e meneos de quem ôs fáz do que a lêtera ôs póde exprimir, que cási sam tantas em espécia como temos paixões naturáes.

(Barros 1540: 349)

Depois disso, Barros apresenta uma lista com exemplos de interjeições,

¹² Groupe Ars Grammatica, doravante GAG. (2013, *Priscien, Grammaire, Livre XIV, XV e XVI, - Les invariables*).

¹³ Cf. GAG (2010, *Priscien, Grammaire, Livre XVII, - Syntaxe*).

¹⁴ A partir deste momento o negrito nas citações é da minha responsabilidade.

pela qual vislumbramos as mais usuais na fala portuguesa culta da época.¹⁵

Depois dessas gramáticas, a mais importante, a partir da perspectiva político-educacional, é a *Arte da grammatica portugueza*, de António José dos Reis Lobato (1770). Essa foi a obra indicada por D. José I, segundo o alvará 1770, como aquela a ser adotada para o ensino público de língua portuguesa, que então se iniciava em Portugal.

Na *Arte da grammatica portugueza*, Pedro José de Figueiredo (1799) não acrescenta muito ao antes dito, sobre a semântica das interjeições, mas há três pontos a serem destacados de sua lição, por estarem postos claramente: o primeiro diz respeito à observação de algumas partículas terem significado fixo, por serem interjeições “*por natureza*”, como, p. ex., “oxalá que é significativa de desejo”, e outras que “significam indiferentemente varios affectos ao mesmo tempo, como *Oh* que denota prazer, afflicção, admiração, exclamação &c.”; o segundo, ao fato de, seguindo Prisciano,¹⁶ no que tange à multifuncionalidade dos itens, afirmar que palavras que têm a mesma forma podem ter diferentes funções, como preposições, conjunções, advérbios:

e deve nisto haver grande cuidado em conhecer, que Particula he **por natureza, e quando se torna ou faz as vezes de outra**; para que se não confundam, e sirvam de embaraço na regencia das partes da oração.

Figueiredo (1799: 117)

O terceiro destaque é relativo ao reconhecimento do carácter convencional da interjeição. Como diríamos hoje, a interjeição é um problema de norma, além de ser uma expressão de situação, o que o autor reconhece, em outros termos, quando sobre isso diz: “[as interjeições citadas como exemplos] e outras mais, que **o uso ensinará**, as quaes, **sómente se conhece, o que significam segundo a ocasião, e o tom, com que se proferem, e pronunciam.**” (Figueiredo 1799: 117)

Também Pedro José da Fonseca, em *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), traz, para além do significado da interjeição como palavra

¹⁵ As obras de Roboredo (1619) e Argote (1721, 1725) não trazem informações relevantes sobre as interjeições, razão por que não são aqui citadas. A gramática de Lobato (1770) também não traz estudo relevante sobre esse tema, o que se pode destacar dela é a informação, posta em nota, de que palavras de outras classes podem ter função interjectiva a depender do contexto.

¹⁶ “Cela étant, d’autres parties du discours aussi, isolées ou en groupe, sont couramment préférées comme interjections.” Prisciano *apud* GAG (2013: 219).

que serve para exprimir afeto e estado de ânimo, alguma contribuição à compreensão desse item linguístico. Reconhece o autor que as interjeições que podem ter muitos significados são proferidas em certo tom que lhes confere o sentido, quando diz:

He porém certo que por huma mesma interjeição se explicão varios affectos, e por tanto a qual deles cada huma pertence, **sómente o tom, com que se profere, ou as palavras, a que se ajunta, a podem particularizar.**

Fonseca (1799: 208)

Conforme se lê em Prisciano (GAG 2013: 219), Donato reconheceu que qualquer parte do discurso pode transformar-se em interjeição a depender do “acento”, ou do tom, com que é proferida. Ele diz: “ces accents ne sont pas fixes: dès lors en effet que les interjections sont *proferées d’une voix sans contours clairs.*” (itálico nosso). Essa característica ainda não tinha sido destacada, e a prosódia não individualiza outra classe, a não ser a da interjeição; nesse caso, então, é preciso fazer constar da lista de critérios de análise linguística o “fonético”, que, como vimos, não aparece na lista de Auroux (1988).

Outra observação de Fonseca (1799), essa relativa à posição da interjeição na frase e sua consequente expressividade, é introduzida na interpretação da interjeição do português. Diz o autor, como vemos no excerto, que a interjeição, independentemente de sua posição no texto, é livre e sempre expressiva:

À interjeição não se póde assignar **lugar proprio no discurso**, por quanto ou ella se ponha antes, ou depois de qualquer outra parte da oração, sempre que fôr naturalmente impellida pelo affecto, que a provoca, onde quer que se colloque, **he assás expressiva.**

Fonseca (1799: 207-208)

Fonseca é um gramático que se preocupa com a revelação de suas fontes, quer relativamente à exemplificação quer à origem da doutrina. Antes dessa citação, o autor traz a afirmação de Barros acerca da gestualidade (actos e meneios), e, em seguida, faz esse comentário sobre a flexibilidade de posição da interjeição, sem citar nenhuma fonte. Isso nos leva a inferir que, talvez, essa tenha sido uma intuição do autor.

5. A interjeição nas gramáticas filosóficas portuguesas

Passamos, agora a examinar a teorização sobre a interjeição nas gramáticas filosóficas portuguesas, porque, segundo já verificamos, nessas obras o assunto encontra maior desenvolvimento. Como modelos dessa análise tomaremos duas gramáticas, uma portuguesa, a de Jerônimo Soares Barbosa, *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, publicada em 1822. A segunda, uma obra escrita por dois brasileiros, Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, *Noções de grammatica portugueza*, de 1887. Os autores dessa publicação são comumente referidos como “Pacheco & Lameira”, o que também faremos aqui.

Barbosa (1822) pautou-se nos comentários de Beauzée (1767: 284; 604-618), quando esse analisa uma passagem de Charles de Brosses, nas *Observations sur les langues primitives*¹⁷. Brosses, conforme transcreve Beauzée, afirma serem as interjeições, dentre as partes da oração, as primeiras: “Entre les huit parties d’Oraison, les noms ne sont donc pas la première, comme on le croit d’ordinaire; mais ce sont les Interjections, qui expriment la sensation du dedans, & qui sont le cri de la nature”. Depois de examinar a (longa) citação de De Brosses, assim como de outros gramáticos (Sanctius, l’abbé Girard, l’abbé Reignier), Beauzée, embora racionalista, conclui pela importância das interjeições no quadro das partes da oração, entendendo que são palavras *afetivas*, diferentes das demais, *discursivas*. Diz, então: “Il y a donc en effet des parties d’Oraison de deux espèces: les premières sont les signes naturels des sentiments; les autres sont les signes arbitraires des idées; celles-là constituent le langage du coeur, elles sont *affectives*; celles-ci appartiennent au langage de l’esprit, elles sont *discursives*.” (Beauzée 1767: 611)

Barbosa (1822) adota as duas posições: de De Brosses empresta a ideia de antecipar o capítulo da interjeição, já que essa pode ser considerada a primeira parte da oração; de Beauzée, adota a partição em *palavras afetivas* e *discursivas*. Assim, no livro III, *Da etymologia ou partes da oração portuguesa*, pelo qual Barbosa dá início à análise propriamente gramatical (nos livros I de II trata, respectivamente, de ortoepia e ortografia) a interjeição é a primeira das partes a ser tratada, as quais divide em i)

¹⁷ Beauzée (op. cit., capítulo VII, *Des Interjections*) informa que C. de Brosses fez tais Observações à « Academie royale des Inscriptions & Belles-Lettres ».

palavras interjectivas ou exclamativas e ii) palavras discursivas ou analíticas.

Soares Barbosa, em total consonância com Beauzée, expõe sua divisão de partes do discurso a serem examinadas na obra.

Destes dois modos contrarios [Natural e Summario; Artificial e Analytico] de dar a conhecer pela Linguagem os nossos pensamentos nasce a Divisão a mais geral das palavras em duas classes. Huma das palavras *Interjectivas*, ou *Exclamativas*, e outra das *Discursivas*, ou *Analyticas*.

Barbosa (1822: 100)

Barbosa, também segundo orientação de De Brosses e de Beauzée, deslocou a interjeição para o primeiro plano do capítulo das partes do discurso (livro III, *Da etymologia ou partes da oração portuguesa*), abrindo o Capítulo I com o título *Divisão geral das palavras, e em especial das interjectivas*. A definição que Soares Barbosa dá para as interjeições é a seguinte:

As *Interjeições* são humas particulas, desligadas do contexto da Oração, exclamativas, e pela maior parte monosyllabas e aspiradas, que exprimem os transportes da paixão, com que a alma se acha occupada. Ellas são a Linguagem primitiva, que a natureza mesma ensina a todos os homens, logo que nascem, para indicarem o estado, ou de dôr, ou de prazer interior, em que sua alma se acha: e por isso devem ter o primeiro lugar na ordem das Partes da Oração, e antes mesmo dos Nomes, e mais partes discursivas, que os Grammaticos costumão pôr primeiro.

Barbosa (1822: 100-101)

A definição passa por considerações sobre o critério funcional/lógico-sintático (“partículas, desligadas do contexto da Oração”), morfofonético (“monosyllabas e aspiradas”) e pelo semântico/psicológico (“que exprimem os transportes da paixão, com que a alma se acha occupada”). Em seguida, o gramático se volta ao critério fonético, continuando a definição:

Assim como humas mesma palavra, segundo he pronunciada differentemente, pode ter differentes significações; assim humas mesma Interjeição, **segundo o tom e circumstancias, em que he proferida, serve para exprimir diversos sentidos de dôr, ou de alegria &c.** (...) Ao sentimento pois pertence o proferil-as a proposito, e à Grammatica o recebel-as do uso, contal-as, e notar algumas differenças mais geraes, que as distinguem.

Barbosa (1822: 100-101)

Nesse caso, vê-se que Soares Barbosa utiliza o critério fonético para examinar a interjeição, combinando-o com o comunicacional (pragmático), quando diz que o tom e as circunstâncias de uso são decisivos para a sua classificação. Também, lança mão do critério funcional/sintático do emprego da interjeição, quando o autor faz uma observação a respeito do fato de a maior parte das interjeições combinar-se com “os nomes em segunda pessoa, ou em vocativo”. Soares Barbosa emprega, também aqui, o critério semântico/psicológico para falar da “causa” da enunciação de uma interjeição, quando diz “Ao sentimento pois pertence o proferil-as a proposito”, e ao metagramatical para dizer o que cabe à gramática em relação à interjeição, como se faz um dicionário, observar, anotar e descrever as acepções de uso.

Dentre as obras brasileiras de cunho filosófico que valorizam a interjeição está a de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), *Noções de grammatica portugueza*, uma gramática em que se combinam a teoria filosófica e a histórica. Por essa razão, a interjeição, embora valorizada, não chega a ser transposta para o primeiro plano na classificação das partes do discurso, que se apresenta na base das oito classes tradicionais (nome, verbo, artigo, substantivo, adjetivo, pronome, advérbio, preposição, conjunção e interjeição) subdivididas por funções e formas, sendo pelas primeiras as palavras classificadas como naturais e relacionais e, pelas segundas, como variáveis e invariáveis. Assim, os nomes (substantivos, adjetivos e pronomes) têm função nominativa ou ideal, e são variáveis, e as conjunções, preposições e interjeições têm função conectiva ou relativa, e são invariáveis.

O ecletismo teórico dos autores faz que reconheçam, de acordo com o pressuposto da gramática filosófica, que as interjeições, assim como as conjunções, são tão importantes quanto as outras partes do discurso, tendo em vista sua importância genética para a linguagem. Nesse sentido, dizem os gramáticos, em consonância com ideias de vários autores aqui antes citados, mas, especificamente, com base em W. Smith, por eles referido textualmente:

Os physiologistas grammaticaes diferem muito quanto á ordem de sucessão das outras partes do discurso; mas quanto a esta, são todos acordes em que no genesis

da linguagem a interjeição, e as palavras onomatopaicas devem ser consideradas os primeiros vagidos linguísticos (W. Smith. Manual.)

No esboço histórico do desenvolvimento genético das partes da oração, devia-se pois naturalmente começar pela interjeição.

Pacheco & Lameira (1875: 115)

Com fundamento em M. Bréal, citado textualmente, mas sem indicações bibliográficas, os autores sustentam que as interjeições são gritos inarticulados que aproximam os homens dos animais. Afirmam, contudo, que do grito “natural e espontaneo” as interjeições se transformaram em palavras “*convencionaes*, *intencionaes*, *reflectidas*, representando a fórmula abreviada de uma frase, a *synthese* de uma proposição” (Pacheco & Lameira 1887: 115). Desse modo, Pacheco & Lameira partem para a análise das interjeições, classificando-as quanto à origem em “*instinctivas* ou *primitivas*, *onomatopicas*, *convencionaes* ou *derivadas* (Pacheco & Lameira 1887: 116), o que diz respeito ao critério semântico/ontológico. Há, porém, um esclarecimento dos autores quanto à distinção a ser feita entre onomatopeias e interjeições: aquelas, dizem eles, indicam simples sensações, estas, percepções (idem quanto aos critérios empregados na formulação do conceito).

As instintivas são também consideradas essenciais e são “quase idênticas em todas as línguas”, como *ah! eh! ha! ho! hi! ai! hui!*, e as *onomatopicas* podem ser consideradas primitivas, como *cocó, tictac, bum, zape, sape...*

O estudo das “interjeições convencionaes” feito pelos autores é o mais completo que se vê em gramáticas portuguesas de que temos conhecimento. Excetua-se, nesse caso, o estudo de Ali (1930), antes citado, que não integra o corpo de uma gramática, em que o autor estuda detidamente as interjeições portuguesas, sob o ponto de vista histórico, considerando a semântica e a expressividade das interjeições colhidas da literatura quinhentista (Gil Vicente, Camões) e seiscentista (A. Vieira), com fundamento na teoria dos linguistas e psicólogos alemães, como antes afirmado.

Quanto às interjeições *convencionaes*, Pacheco & Lameira dizem que são “verdadeiras palavras (substantivos, adjv., verbo, adv.)” (Id.:116). Desse modo, os autores listam as palavras que podem funcionar como interjeições:

- a) Termos descriptivos de emoção, **com entonações apropriadas–horriwell!**

Bravo! Misericórdia! Diabo! (convencionaes)

- b) Nomes próprios ou comuns, usados para chamar animaes, etc.
- c) Verbos no imperativo – *vamos! olha!* (**com particular entonação de voz**).
- d) Nomes usados imperativamente **por meio da intonação**: - silêncio! Fora! Firme!
- e) Fórmãs abreviadas, empregadas particularmente pelo vulgo (locuções interjectivas) – *Hom’essa! Pardeos = por Deus, bofé – boa fé, ayesú = ai Jesus! Aqui d’El-rei! Ave Maria! Valha-me Deus! O Diabo que te leve! Máos raios te partam! [...].*

(Pacheco & Lameira 1887: 116-117) (O negrito é nosso)

Dentre as *convencionais*, como vimos, os autores posicionam as interjeições formadas de frases completas que, segundo entendem, são “formas familiares optativas e deprecativas, e ainda as de invocação de bênçãos, as precativas”. Dentre essas, em nota, os autores acrescentam as formas cômicas portuguesas.

Como notamos, é o critério fonético decisivo para que uma palavra seja admitida como interjeição, o que os autores logo reconhecem ao afirmar: “Vê-se pois do que acabamos de dizer que o sentido das interjeições depende das modulações da voz.” (Ib.) Além desse critério, não escapa aos autores o semântico/psicológico, pelo qual classificam as interjeições em: “de *admiração, espanto; dôr ou magoa; exhortação, acoroçoamento; prazer, alegria; desejo, saudade; chamamento, invocação; aversão, cólera; zombaria; de calamento ou silenciadora*”. Para deixar tudo isso mais claro, os autores fazem um resumo da divisão proposta para as interjeições: “a) exclamações naturaes exprimindo paixão ou emoção; b) exclamação natural exprimindo um estado da vontade (calamento, invocação, animação, mando); c) imitação dos sons naturaes.” (Id.: 119). Nesse caso, os critérios que entram na composição das definições são, para a e b, o semântico/psicológico e para c, o semântico/ontológico.

6. Nota final

Do que expusemos, vimos que, na história da gramática portuguesa, a interjeição foi interpretada com base em diferentes posições teóricas, o que levou uns gramáticos a ignorá-la como classe, outros a aceitá-la, sem lhe tecerem comentários consistentes, e outros ainda que, por convicções

teóricas, a supervalorizaram.

Os primeiros gramáticos, universalistas, com base exclusivamente na teoria greco-latina (gregos, Dionísio e Apolônio; latinos, Donato e Prisciano), fizeram uma abordagem direta sobre a interjeição, usando os mesmos argumentos desses gramáticos, de modo mais ou menos criativo; os gramáticos do século XIX, partidários da teoria filosófica (geral e racional), embora também baseados em argumentos dados na teoria greco-latina, visualizaram de outro modo a interjeição, motivados pelo princípio lógico, da racionalidade da linguagem. Tal fundamento os levou a reconhecer na interjeição não somente o meio da expressão da emotividade, mas de ausência da racionalidade. Isso os fez dar mais ênfase ao argumento de que são a origem da linguagem, o que, portanto, os faz dizer que devem ser a “primeira parte do discurso” a aparecer na descrição, argumento que, levado às últimas consequências, fez Jerônimo Soares Barbosa colocar o capítulo das interjeições como o primeiro em sua *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*.

Depois dessa análise, arriscamos dizer que a interjeição foi explorada na gramática portuguesa com base em critérios que permitem ao historiador recuperar e interpretar as ideias linguísticas sobre a questão em vigor em cada época. Assim, vimos que João de Barros foi além da definição padrão da classe, perpassando, para caracterizá-la, os critérios semântico, funcional/sintático, fonético, semântico/semiológico e metalinguístico/comunicacional.

Além dos critérios mais usuais, semântico e funcional, Pedro José de Figueiredo (1799) usa o fonético. Assim, esse autor tratou das interjeições a partir da observação da função da palavra que, pronunciada com um tom específico, se torna uma interjeição, em dados contextos de situação. Também é, em essência, do critério fonético que Pedro José da Fonseca parte para caracterizar a interjeição, deixando claro que é o tom que a particulariza. Sobre a sintaxe, nota esse autor que a interjeição não tem uma posição fixa na oração e que é a intenção (a paixão) do falante que decide onde colocá-la, para que seja expressiva, embora reconheça que ela seja sempre expressiva, seja em que posição for, combinando, assim, com o funcional/sintático, o critério semântico/ontológico.

Soares Barbosa desenvolve um raciocínio teórico sobre as interjeições,

de modo a explicar sua gênese natural, primitiva, que depois, pelo uso, deu origem às convencionais. O trabalho descritivo-interpretativo do autor perpassou os critérios funcional/sintático, morfofonético e metalinguístico/comunicacional.

Pacheco & Lameira, já numa fase mais avançada que a de Soares Barbosa, partem do mesmo ponto de vista genético para tratar as interjeições, mas com uma visão mais clara sobre seu conceito. Reafirmam o caráter primário das interjeições e sua importância para a origem da linguagem, mas têm posição muito diferente daquela de Soares Barbosa e de outros gramáticos. Esses autores aproximam e distanciam as interjeições das onomatopeias e deixam claro que entre as interjeições há palavras de origem onomatopeica, mas que, paradoxalmente, não são onomatopeias, por terem função diversa delas. Além disso, Pacheco & Lameira usam os critérios sintático/funcional, morfofonético e semântico/ontológico no estudo das interjeições.

Da análise desses conceitos, percebemos que a interjeição é analisada com base em critérios que se repetem, mas é possível afirmar que, para os diferentes autores, é o critério semântico/ontológico aliado ao fonético os definidores da classe, porque é a entonação que transforma uma palavra ou frase em interjeição, a depender do uso e do contexto de situação.

Enfim, do que se viu, não é difícil dizer que o princípio de análise da interjeição estava dado desde a gramática latina (Donato e Prisciano). Mas é igualmente importante afirmar que a investigação sobre ela, na longa duração do tempo, evoluiu, no sentido de que os estudiosos conseguiram estudá-la com base em novas perspectivas, enquadrando-a em novos sistemas de conhecimento, embora o resultado do processo não se tenha alterado substancialmente acerca das interjeições, pois: i) ontologicamente, são expressões do sentimento; ii) formal e logicamente não se deixam descrever; iii) gramaticalmente, não representam uma categoria gramatical, mas são parte do discurso, embora possam não ser consideradas “uma das partes do discurso”. Daí poder-se retextualizar o ditado dizendo que sob o sol há o velho (o *dado*) e o *novo*.

REFERÊNCIAS

- Ali, S. 1930. *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro/São Paulo: Francisco Alves.
- Auroux, S. 1988. Les critères de définition des parties du discours. *Langages*, 88: 109-112.
- Auroux, S. 1998. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF.
- Auroux, S. 2006. Les modes d'historicisation. In: *Histoire Épistémologie Langage. Histoire des Idées Linguistiques et Horizons de Rétrospection*. Tome XXVIII, Fascicule 1, 105-116.
- Auroux, S. 2007. *La question de l'origine des langues, suivi de l'historicité des sciences*. Paris: PUF.
- Auroux, S. 2012. Une nouvelle histoire de la grammaire française. In B. Colombat, J.-M. Fournier & V. Raby, (Eds). *Vers une histoire générale de la grammaire française. Matériaux et perspectives. Actes du colloque international de Paris*. Paris: Champion.
- Azeredo, J. C. 2001. A palavra e suas classes. *Idioma*, 21; 6-13. Retirado em 25/06/2015 da World Wide Web: http://www.institutodeletras.uerj.br/revidioma/21/idioma21_a01.pdf.
- Baratin, M. 1989. *La naissance de la syntaxe à Rome*. Paris: Éditions de Minuit.
- Bechara, E. 2014. Para quem se faz uma gramática? In M. H. Neves & V. Galvão (Orgs.) *Gramáticas contemporâneas do português*. São Paulo: Parábola.
- Brøndal V. 1943. *L'autonomie de la syntaxe*. Copenhague: Ejnar Munksgaard [1931]. Retirado em 28/06/2015, da World Wide Web: <http://www.frantext.fr> [FrantextCTLF].
- Brøndal V. 1948. *Les parties du discours. Parties orationis. Études sur les catégories linguistiques*. Copenhague: Einar Munksgaard. [1928]. Retirado em 28/06/2015, da World Wide Web: <http://www.frantext.fr> [FrantextCTLF].
- Buescu, L. C. 1971. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Camacho, R. G. 2011. *Classes de palavras na perspectiva da gramática discursivo-funcional: o papel da nominalização no continuum categorial*. São Paulo: Editora UNESP.
- Colombat, B. 1988. Les "parties du discours" (partes orationis) et la construction d'une syntaxe latine au XVIe siècle. *Langages*, 23, n.º 92: 51-64.
- Colombat, B., Fournier, J.-M. & Puech, C. 2010. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris: Klincksieck.

- Groupe Ars Grammatica (GAG). 2010. *Priscien, Grammaire Livre XVII. Syntaxe*, Paris:Vrin.
- Groupe Ars Grammatica (GAG). 2013. *Priscien, Grammaire, Livre XIV, XV e XVI Les invariables*, Paris: Vrin.
- Gardiner, A. 1989. *Langage et acte de langage*. Lille: Presses Univ. de Lille. [1932]. Retirado em 28/06/2015 da World Wide Web: <http://www.frantext.fr>.
- Gonçalves, M. 2002. *A interjeição em português: contributo para uma abordagem em semântica discursiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hjelmslev, L. 1928. *Principes de grammaire générale*. Copenhagen: Høst & Søn, Bianco Lunos Bogtrykkeri. Retirado em 28/06/2015, da World Wide Web: <http://www.frantext.fr> [FrantextCTLF].
- Jespersen, O. 1971. *La philosophie de la grammaire*. Paris: Éd. de Minuit.
- Lagarde, J. P. 1988. Les parties du discours dans la linguistique moderne et contemporaine. *Langages*, 23, n.º 92: 93-108.
- Lallot, J. 1988. Origines et développement de la théorie des parties du discours en Grèce. *Langages*, 23, n. 92, 11-23.
- Lallot, J. 1997. *Apollonius Dyscole. De la construction (syntaxe)*. v. II. Paris: Vrin.
- Lallot, J. 2012. *Études sur la grammaire alexandrine*. Paris: Vrin.
- Leite, M. Q. 2007. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Humanitas/ Paulistana.
- Neves, M. H. M. 2005. *A vertente grega da gramática tradicional. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. São Paulo: UNESP.
- Neves, M. H. M. 2011. O legado grego na terminologia gramatical brasileira. *Alfa*, São Paulo, 55 (2): 641-664.
- Paul, Herman 1880. *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Halle: Max Niemeyer (2ª ed. 1886, 3ª ed. 1898).
- Rosier, I. 1981. La notion de partie du discours dans la grammaire spéculative. *Histoire Épistémologie Langage*, 3/1, 49-62.
- Rosier, I. 1988. Les parties du discours aux confins du XIIe siècle. *Langages*, 23, n.º 92: 37-49.
- Sapir, E. 1970. *Le langage. Introduction à l'étude de la parole*. Paris: Payot. [1921]
- Saussure, F. 1931. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot. [1916]. Retirado em 28/06/2015 da World Wide Web: <http://www.frantext.fr>.
- Tesnière, L. 1935. Sur la classification des interjections. *Revue de philologie française*, 42.
- Tesnière, L. 1936. Sur la classification des interjections. In A. Sesták & A. Dokoupil (Orgs.). *Mélanges dédiés à la mémoire de Prokop M. Haškovec par ses amis et ses*

élèves. Brno: Impr. Globus, 343-352.

Vendryes, J. 1921. *Le langage. Introduction linguistique à l'histoire*. Paris: La Renaissance du livre. Retirado em 28/06/2015 da World Wide Web: <http://www.frantext.fr>.

Whitney, W. D. 1875. *La vie du langage*. Paris: Germer Baillière.

GRAMÁTICAS

Apollonius Dyscole. *De la construction (syntaxe)*. Introduction, texte et traduction par Lallot, Jean (1997). v. I. Paris: Vrin.

Argote, J. C. 1725. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposiçaõ para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*. 2ª ed. Lisboa Occidental: Oficina da Musica.

Azeredo, J. C. 2008. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: PubliFolha.

Barbosa, J. S. 1822. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.

Barros, J. 1540. *Gramática da língua portuguesa*. Olyssipone: Lodovicum Rotorigui. In: Buescu, M.L. 1971. *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor de nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: FLUL.

Beauzée, N. 1767. *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. Paris: J. Barbou, T. 1. Retirado em 28/06/2015 da World Wide Web: gallica.bnf.fr.

Bechara, E. 1961. *Moderna gramática do português*. Rio de Janeiro: Nacional.

Bechara, E. 1999. *Moderna gramática do português*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna.

Brosses, C. 1765. *Formation mécanique des langues et des principes physiques de l'étymologie*. Tome premier. Paris: Saillant, Vincent, Desaint. Retirado em 28/06/2015 da World Wide Web: gallica.bnf.fr.

Castilho, A. 2010. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.

Court de Gébelin, A. 1774. *Monde primitif analysé et comparé avec le monde moderne considéré dans son génie allégorique et dans les allégories auxquelles conduit ce génie; précédé du Plan général des diverses parties qui composeront ce Monde primitif*. T. 2. Paris: Chez l'auteur. Disponível em <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb302807291>

- Figueiredo, P. J. de 1799. *Arte da Grammatica portugueza, ordenada em methodo breve, facil e claro*. Lisboa: Regia Oficina Typographica.
- Fonseca, P. J. 1799. *Rudimentos da Grammatica portugueza, commodos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons auctores*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Lobato, Antonio José dos Reis. 1770. *Arte da grammatica portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica.
- Nebrija, A. 1492. *Gramática de la lengua castellana*. Retirado em 28/06/2015 da World Wide Web: <http://www.antoniodenebrija.org/indice.html>.
- Neves, M. H. M. 2000. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.
- Oliveira, F. 1536. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. In: Torres, A. e Assunção, C. 2000. *Fernão de Oliveira - Gramática da linguagem portuguesa*. Ed. crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.
- Priscien. *Grammaire – Livre XVII – Syntaxe*, 1. Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica (2010). Paris: Vrin.
- Priscien. *Livre XV – De adverbio*. Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica (2013). Paris: Vrin.
- Roboredo, A. 1619. *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Lisboa: Pedro Craesbeek.
- Silva Junior , (Manoel) Pacheca da & Andrade Lameira de 1887. *Noções de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, Editor.

